



A Corrupção nos PALOP Pag 2

Festus Mogae ganha Prémio Ibrahim de Boa Governação. Pag 2

Eleições Autárquicas em Moçambique Pag 3

Nova Zona de Comércio Livre Pag 4

África e os Novos Doadores Pag 5/6

A Pirataria na Costa da Somália Pag 7/8

Cisão no Congresso Nacional Africano Pag 8/9

Angola assume Presidência da OPEP Pag 9

Redução da Pobreza em Cabo Verde Pag 10

Novo Governo na Guiné-Bissau Pag 10/11

O Exemplo do Gana Pag 12

A Corrupção nos PALOP

■ Luís Castelo Branco

O levantamento anual de percepção da corrupção realizado em 180 países, publicado pela ONG Transparência Internacional, assinala que a maioria dos países lusófonos, excepto Cabo Verde, piorou a sua posição em relação a 2007¹.

A Transparência Internacional é uma organização que estima o grau de corrupção do sector público a partir da opinião de empresários e analistas dos respectivos países. A lista apresentada, está organizada do menos corrupto (1º lugar) para o mais corrupto (180º), a que corresponde uma escala de 10 pontos (livre de corrupção) a zero pontos (muito corrupto).

Cabo Verde subiu dois lugares no índice, passando da 49ª para a 47ª posição, posição que partilha com a Costa Rica, Hungria, Jordânia e Malásia.

A descida menos significativa foi a de São Tomé e Príncipe, que passou do 118º para o 123º lugar, mantendo o mesmo número de pontos, partilhando a sua posição com países como o Nepal, Togo, Nigéria ou Vietname.

Moçambique caiu 15 posições na lista, ocupando agora o 126º lugar, enquanto Angola e Guiné-Bissau perderam 11 lugares, uma queda que se registou igualmente na pontuação dos dois países.

Angola e Guiné-Bissau ocupam agora a posição 158º lugar juntamente com Azerbaijão, Burundi, Gâmbia, Congo, Serra Leoa e Venezuela. Macau, é citado, pelo segundo ano consecutivo, como tendo registado um agravamento dos níveis percebidos de corrupção, tendo passado do 34º para o 43º lugar.

Analisando a totalidade dos 180 países, a Dinamarca, Nova Zelândia e Suécia dividem o primeiro lugar como uma pontuação de 9,3 pontos, seguidos de Singapura como 9,2 pontos. Na ponta oposta da tabela, está a Somália com 1,0 pontos, precedida do Iraque e Myanmar (antiga Birmânia) com 1,3 pontos e do Haiti com 1,4 pontos.

Festus Mogae Ganha Prémio Ibrahim de Boa Governação

O antigo Presidente do Botswana, Festus Mogae, foi o vencedor da segunda edição do prémio Ibrahim de Boa Governação. Este prémio, instituído em 2007, pela Fundação Mo Ibrahim, do empresário sudanês do sector das telecomunicações Mo Ibrahim, visa premiar os líderes africanos que abandonaram voluntariamente o poder e que se distinguiram pela sua acção governativa a favor da população. Na primeira edição o vencedor foi o antigo Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano.

Festus Mogae foi Presidente do Botswana durante dois mandatos, 1998-2008, tendo abandonado voluntariamente o poder. Este prémio, o mais alto do mundo a ser pago a uma única pessoa, tem o valor de 5 MUSD, o qual será distribuído durante dez anos em tranches de 500 mil USD. Após os dez anos necessários para completar o pagamento do prémio, cada vencedor receberá uma renda anual de 200 mil USD durante o resto da sua vida.

O anúncio do vencedor foi feito em Londres pelo ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, que justificou a atribuição do prémio a Mogae pelos seus esforços em prol da estabilidade e no combate à epidemia do HIV/SIDA no seu país. A escolha deste ano foi feita por um júri dirigido por Kofi Annan, e que incluiu Aïcha Diallo, ex-ministra da Educação da Guiné, Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda, Salim Ahmed Salim, ex-primeiro-ministro da Tanzânia, Martti Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia - Prémio Nobel da Paz 2008 - e Mohamed El-Baradei, director-geral da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA).

O Botswana é um dos países mais estáveis na África, nunca sofreu Golpes de Estado e tem realizado eleições multipartidárias desde a independência, em 1966. Quando deixou de ser um colónia britânica, o Botswana era um território muito pobre e sem grandes infra-estruturas. A posterior descoberta de importantes reservas de diamantes e a sua correcta utilização, permitiram ao país promover um desenvolvimento sustentado melhorando as condições de vida da população. A produção e gestão dos recursos diamantíferos ficaram a cargo da empresa Debswana Diamond Company, propriedade do governo do Botswana e da empresa De Beers.

Apesar da indústria diamantífera ter estado na origem do desenvolvimento do país, o objectivo actual das autoridades de Gaborone é de diminuir a dependência do país em relação a este recurso.

A luta contra a corrupção, um problema que atinge a maioria dos países africanos, também foi louvada e justifica a boa imagem que o Botswana goza na Comunidade Internacional².

¹ Transparency International: Corruption Perceptions Index 2008. http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2008

² De acordo com a Transparency International, numa lista de 180 países, o Botswana ocupava em 2008, a 36ª posição, sendo considerado o país africano menos corrupto.

Eleições Autárquicas em Moçambique

Realizaram-se a 19 de Novembro, as terceiras eleições autárquicas em Moçambique. Nestas eleições, estiveram em disputa 43 municípios, mais 10 do que no último escrutínio. As novas autarquias locais são: as vilas da Namaacha, em Maputo; Macia, em Gaza; Massinga, em Inhambane; Gorongosa, em Sofala; Gondola, em Manica; Alto Molócuè, na Zambézia; Ulónguè, em Tete; Ribáuè, em Nampula; Mueda, em Cabo Delgado e Marrupa, no Niassa.

Para a escolha das dez vilas, o Governo baseou-se no princípio de gradualismo que vai do escalão superior para o inferior, ou seja, das circunscrições urbanas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, princípios esses conjugados com os factores geográficos, demográficos, sócio-culturais e históricos.

Os factores que ditaram a proposta do número de novas autarquias locais centram-se na capacidade e sustentabilidade económico-financeira dos locais propostos suportarem minimamente o processo autárquico através da captação de receitas próprias, a existência de infra-estruturas para albergarem os órgãos autárquicos e no desenvolvimento socioeconómico e cultural dessas unidades territoriais.

De todos os proponentes, apenas a FRELIMO, que detinha 28 municípios, e a RENAMO, que controlava cinco municípios, apresentaram candidaturas para os 43 municípios, embora a RENAMO, apesar de concorrer a todas as Assembleias Municipais, não concorreu a 3 das Presidências de municípios. A seguir a estas duas formações, surgem, como outras forças políticas importantes, o Partido Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) do ex-RENAMO Raul Domingos e o Partido Independente de Moçambique (PIMO), os quais concorreram a 16 municípios. Curiosamente estas quatro formações ocuparam os lugares cimeiros no boletim de voto.

As restantes organizações, cuja maioria concorreu em apenas uma autarquia: Partido Trabalhista (PT), União Nacional de Moçambique (UNAMO), Aliança Nacional Democrática (AND), Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO) e Coligação Ecologistas Os Verdes.

Para além das formações políticas, a Comissão Nacional de Eleições de Moçambique, também validou as candidaturas de Grupos de cidadãos eleitores que se juntaram para concorrer em alguns municípios. Foram os casos do Juntos pela Cidade (JPC), da cidade de Maputo, Grupo para a Mudança de Marromeu (GMM), Grupo para a Democracia da Beira (GDB), Organização de Candidaturas Independentes de Nacala – Porto (OCINA) e Grupo de Naturais e Residentes da Manhiça.

As cidades da Beira, Matola e Maputo foram as que apresentam maior número de concorrentes.

O período pré-eleitoral foi marcado pela crise na RENAMO provocada pelo afastamento do Presidente do município da Beira, Daviz Simango do partido. Este afastamento foi o culminar de uma crise que já se

arrastava já algum tempo. Após a direcção da RENAMO ter decidido não recandidatar Simango à Presidência da Câmara da Beira, este decidiu avançar com uma candidatura independente, razão que motivou o seu afastamento da RENAMO.

O trabalho desenvolvido por Simango à frente do Município da Beira foi elogiado por todos, mesmo pelos apoiantes e membros da FRELIMO, havendo quem apontasse o nome de Simango para uma eventual sucessão de Afonso Dhlakama à frente da RENAMO. Terão sido estes rumores que ajudaram ao agudiza da crise.

À excepção de Daviz Simango a Beira, a RENAMO decidiu manter como candidatos por esta formação políticas às autárquicas de Novembro os presidentes dos outros quatro municípios sob sua gestão desta força política moçambicana: Nacala, Marromeu, Angoche e Ilha de Moçambique.

A FRELIMO também enfrentou um problema na principal autarquia do país, a Cidade de Maputo. Para este município, a direcção da FRELIMO decidiu não recandidatar o anterior Presidente, Eneas Comiche, lançando para o lugar David Simango, o Ministro da Juventude e Desportos e antigo Governador da Província de Niassa. A semelhança do seu nome com o do Presidente do Município da Beira levou a que surgissem algumas notícias erradas que davam o antigo membro da RENAMO como candidato da FRELIMO ao município de Maputo.

A FRELIMO acabou por obter uma folgada vitória, vencendo em 41 das 43 autarquias. A excepção foi a cidade da Beira, onde Daviz Simango e a sua candidatura independente obtiveram uma vitória esmagadora com mais de 65% dos votos. A vitória do candidato da FRELIMO em Maputo, David Simango, foi particularmente expressiva obtendo 85% dos votos.

No caso do município Nacala-Porto, nenhum dos concorrentes obteve mais de 50% dos votos, o candidato da FRELIMO obteve 49% dos votos e o da RENAMO 47%.

Os resultados das eleições autárquicas mostraram o declínio eleitoral da RENAMO, surgindo inclusive vozes que defenderam um Congresso extraordinário para discutir a liderança do partido, pondo em causa a Presidência de Afonso Dhlakama. A derrota da RENAMO foi bastante pesada, tendo perdido todos os Municípios que estavam sob sua gestão desde 2003: Marromeu, Beira, Angoche, Ilha de Moçambique e Nacala. A perda da cidade da Beira foi particularmente dura para a RENAMO, pois esta cidade era considerado o principal bastião do movimento de Dhlakama.

No rescaldo destas eleições, e face à instabilidade interna, a direcção da RENAMO anunciou a realização de um Congresso do Partido em Março de 2009. O objectivo do Congresso é o de discutir a estratégia para as eleições provinciais e gerais a terem lugar, em princípio, no mês de Outubro do próximo ano. Durante o Congresso serão igualmente eleitos os novos órgãos do partido.

Nova Zona Africana de Comércio Livre

Os líderes de 26 países africanos reunidos em Kampala, na capital do Uganda, concordaram, em Outubro de 2008, em criar uma nova zona de comércio livre integrando as regiões da África Oriental e da Austral.

O objectivo é o de juntar três grupos regionais, a Comunidade da África Oriental (EAC) a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum para os Países da África Oriental e Austral (COMESA) para criar o maior bloco económico do continente africano, com uma população combinada, em termos numéricos, quase idêntica à da União Europeia.

A fusão dos três blocos económicos criará uma zona de comércio livre com um total de 527 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto combinado de 624 mil milhões de USD - ou seja, 58% do PIB da União Africana³.

A SADC surgiu em 1992, quando foi decidida a transformação da SADCC (Southern Africa Development Co-ordination Conference ou Conferência para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros, cujo grande objectivo foi o dos países da África Austral criarem uma oposição, do ponto de vista económico, à África do Sul do apartheid. A SADCC foi a componente económica regional de combate ao apartheid, enquanto os Estados da Linha da Frente (ELF) foi a componente política. Hoje em dia, a SADC engloba 14 países da região: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe.

A EAC surgiu inicialmente em 1967, apenas com a Tanzânia, Quênia e Uganda. Divergências essencialmente políticas puseram fim à organização em 1977. O facto da Tanzânia ter um regime socialista, o Quênia um regime pró-ocidental e o Uganda um regime ditatorial liderado por Idi Amin Dada, levaram a desentendimentos que conduziram ao colapso da Organização.

Em 2000 a EAC foi recuperada com os três estados originais, aos quais se juntaram em 2006 o Burundi e o Ruanda. O objectivo central da EAC é o de aprofundar a cooperação entre os estados membros nos campos político, económico e social, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento global.

A COMESA é uma organização de integração económica entre países da África Oriental, Austral e do Norte de África. O objectivo central é a promoção do crescimento económico dos estados membros, através do estabelecimento de uma área de livre comércio. A COMESA tem actualmente 19 estados membros⁴, não só das duas sub-regiões indicadas no seu nome, mas também do norte de África.

A EAC, a SADC e a COMESA têm agora seis meses para elaborar um plano conjunto para a instituição formal da maior zona de comércio livre em África.

Paralelamente a esta iniciativa, surgiu uma outra patrocinada pela União Africana (UA) destinada a discutir a integração económica do continente e a criação de três instituições financeiras: o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano, ambos com sede nos Camarões, e o Banco Africano de Investimentos. O objectivo final desta iniciativa da UA é a completa integração das economias do continente numa Comunidade Económica Africana. Com este objectivo em mente, a União Africana organizou, em Janeiro de 2009, uma Conferência Extraordinária de Ministros de Economia e Finanças com o objectivo de acelerar a integração regional e continental de África.



³ Nova Zona Africana de Comércio Livre, BBC para África, 22/10/2008. http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/10/081022_ftatradeaws.shtml

⁴ Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

África e os Novos Doadores

Desde o início do século XXI tem sido visível a crescente importância que alguns países do sul têm assumido enquanto doadores de ajuda a África. Países como a China, Índia, Brasil ou Rússia, têm começado a fornecer novos meios de apoio aos países africanos, o que lhes tem permitido alargar o leque de apoios.

O tipo de ajuda prestada a África por países como a Índia e a China, põem em causa os esforços de harmonização e coordenação seguidos pelos países da Organização Cooperação e Desenvolvimento Económica (OCDE).

Esta preocupação foi igualmente manifestada quer pela ONU, quer pelo G-8, tendo ambas as organizações apelado aos novos doadores para agirem de acordo com os princípios internacionais em vigor, nomeadamente os estabelecidos no âmbito do I Fórum de Alto Nível sobre a Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua, que se realizou em Paris em 2005. Neste encontro patrocinado pela OCDE, e onde estiveram representantes dos doadores, países parceiros e organizações da sociedade civil, foi aprovada a chamada Declaração de Paris. Nesta reunião, pretendeu-se avaliar os progressos na harmonização, no alinhamento e na gestão para os resultados da ajuda ao desenvolvimento.

A Declaração de Paris (2005) assentou em 5 pressupostos, para a promoção do desenvolvimento:

1. Os países parceiros exercem uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento (Apropriação).
2. Os doadores baseiam a sua ajuda nas estratégias de Desenvolvimento dos parceiros e nos seus sistemas locais (Alinhamento).
3. Os doadores coordenam as suas actividades e minimizam os custos relacionados com a concessão da ajuda (Harmonização).
4. Os países parceiros e os doadores orientam as suas actividades de forma a atingir os resultados desejados (Gestão para os Resultados).
5. Os doadores e os países parceiros comprometem-se a prestar contas mutuamente sobre os resultados de uma melhor gestão da ajuda (Prestação de Contas Mútua).

Com vista a acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris sobre a eficácia da Ajuda, reuniram-se em Acra, em Setembro de 2008, os principais actores do desenvolvimento internacional.

As principais conclusões visaram:

1. Maior liderança por parte dos países parceiros nos esforços de desenvolvimento;
2. Reforço dos sistemas dos países em desenvolvimento;
3. Construir parceiras de desenvolvimento mais eficazes e inclusivas;
4. Adopção de políticas de ajuda para os países em situação frágil;
5. Apresentação e prestar contas de resultados para o desenvolvimento;
6. Aumentar a previsibilidade a médio prazo da ajuda.

Mas, se do lado dos doadores o objectivo é melhorar a ajuda concedida e exigir melhor gestão aos estados receptores, para estes últimos as condições do Norte são muito pesadas. Perante esta realidade, os países africanos recebem de bom agrado a intervenção dos novos doadores, cuja ajuda não está tão dependente de condicionalismos, nomeadamente políticos.

A China é dos países mais alvo de críticas por parte dos países do Norte devido não só ao volume de ajuda que está a conceder aos países africanos, mas sobretudo devido ao apoio a alguns países que são muito criticados internacionalmente, como é o caso do Sudão ou do Zimbabwe. Também o apoio dado a países que vivem numa grande instabilidade, como é o caso da República Democrática do Congo, é alvo de controvérsia, devido às contrapartidas obtidas pela China, nomeadamente na obtenção de acesso a fontes de matérias-primas.

Se as dúvidas do Norte são, até certo ponto, legítimas, as queixas dos países africanos também o são. As exigências impostas, quer em termos de requisitos a cumprir e à complexidade associada à ajuda à cooperação, têm dificultado a vida a muitos países africanos, absorvendo muito do seu tempo e dos seus poucos quadros preparados para lidar com esta temática⁵.

Outra queixa dos países africanos tem a ver com a prestação de contas mútuas exigida pelos países da OCDE. Se, por um lado, existe uma enorme dureza para com os países africanos, o não cumprimento por parte dos países do Norte, acaba por não ter quaisquer consequências para estes.

Perante este cenário, os novos doadores são cada vez mais bem recebidos em África.

⁵ Veja o caso, por exemplo, da Tanzânia que em 2005 recebeu 541 missões de doadores e teve que prestar contas de mais de 700 projectos geridos por 56 agências. Gumisai Mutume: Africa Secures New Southern Partners, in Africa Renewal, October 2008, Vol. 22, Nº3, pp. 7-8.

A China, cujo envolvimento em África conheceu um forte impulso a partir da realização da Cimeira China – África em 2006, prometeu duplicar a ajuda ao continente africano até 2009, perdoar a dívida externa de 33 países africanos e aumentar os fundos destinados a créditos. Tudo isto é feito sem limitações de cariz político. As únicas condições impostas por Pequim têm a ver com a rejeição de relações com países que reconhecem Taiwan⁶ e a ligação entre a ajuda concedida e a compra de produtos e serviços chineses. Embora a China não publique a ajuda concedida, a OCDE calcula a mesma em cerca de 5 mil milhões de USD anuais.

No caso dos países africanos lusófonos, o volume de trocas comerciais com a China, aumentou consideravelmente nos primeiros dez meses de 2008. Dados estatísticos disponibilizados pelo Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa indicam esse crescimento, destacando-se o caso de Angola, onde o aumento foi de 121%.

Volume das Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa								
Unidade: 10 mil de USD								
Número	País	De Janeiro a Outubro de 2008						Volume das Trocas Comerciais de Janeiro a Outubro de 2007
		Volume das Trocas Comerciais	Exportações da China	Importações da China	Total	Exportações da China	Importações da China	
		Aumento (%)						
1	Angola	2,292,595	232,513	2,060,082	121.7	139	120	1,033,876
2	Brasil	4,254,434	1,663,853	2,590,582	81	86.8	77.5	2,349,629
3	Cabo Verde	1,217	1217	0.0%	-5.2	-5.2	*	1285
4	Guiné-Bissau	644	529	115	12.2	-5.3	662.6	574
5	Moçambique	34,563	22,631	11,932	49.5	84.4	10	23,081
6	Portugal	223,144	191,429	31,716	23.2	29.6	-5	182,080
7	Timor-Leste	636	626	11	-22.2	-23	114.1	818
8	São Tomé e Príncipe	158	157	2	44.7	43.2	*	109
Total		6,807,391	2,112,955	4,694,440	89.5	83.6	92.4	3,591,452

Fonte: Serviços da Alfândega da China

No caso da Índia, o comércio com África triplicou nos últimos quatro anos, atingindo os 25 mil milhões de USD. Com vista a aprofundar ainda mais o relacionamento com África, o Primeiro-Ministro Indiano, Manmohan Singh, anunciou a realização, em Abril de 2009, de um Fórum Índia-África. Anualmente a Índia está a gastar cerca de 100 milhões de USD com a ajuda aos países africanos.

No caso do Brasil, a sua intervenção é mais ao nível da assistência técnica do que em termos financeiros. Devido aos laços culturais, a intervenção brasileira está especialmente centrada nos PALOP, onde a presença brasileira é crescente. Apesar desta ligação privilegiada, outros países africanos têm demonstrado interesse no aprofundamento

das relações com o Brasil, especialmente na área da saúde (tratamento do HIV/SIDA)⁷, agricultura e da produção de biocombustíveis⁸.

Outro doador que se está a destacar é a Rússia, calculando a OCDE que este país gaste anualmente com o apoio a África cerca de 100 milhões de USD. Depois dos tempos da URSS e do apoio por motivos políticos derivado da Guerra-Fria, Moscovo está agora interessada em explorar as relações comerciais.

Nesta nova era, Moscovo pretende aproveitar as suas mais valias no campo mineral, e criar ligações privilegiadas com países como a África do Sul, e na indústria militar, pretendendo obter novos contratos juntos de diversos países africanos. Moscovo pretende utilizar a sua capacidade de influência política e diplomática para apoiar as suas empresas que estão presentes no continente africano em grandes projectos, como é o caso das companhias Alrosa (exploração de diamantes), Gazprom (exploração de gás), Lukoil (exploração de petróleo), Rusal (produção de alumínio), Gammakhim (indústria química), Technopromexport (produção de energia), e dos Bancos VEB e do VTB⁹.

Por outro lado, a Rússia tem vindo a ter uma presença crescente nas missões de paz em África. Nesse sentido, a Rússia está presente, com cerca de 230 elementos, nas Missões de peacekeeping na República Democrática do Congo, Sara Ocidental, Serra Leoa e Costa do Marfim. Em 2008, militares russos também passaram a integrar a Missão da União Europeia no Chade e na República Centro-Africana.



⁷ Benim, República Democrática do Congo, Gana, Botsuana.

⁸ Senegal, Camarões, Benim, Mali e Argélia.

⁹ RUSSIAN RELATIONS WITH THE SUB-SAHARAN AFRICAN COUNTRIES IN 2008, Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation.
http://www.in.mid.ru/brp_4.nsf/itogi/600123F8FC5F74B6C325752E00373694

⁶ Em África, apenas quatro países, Burkina Faso, Gâmbia, Suazilândia e São Tomé e Príncipe

A Pirataria na Costa da Somália

Apesar do número de ataques de piratas no mar ter diminuído significativamente nos últimos cinco anos, de 452 em 2003 para 287 em 2007, o inverso tem sucedido na costa da Somália. Nesta zona registou-se um enorme aumento em 2008, com ataques cada vez mais ousados, em termos de alvos, e mais distantes da costa. O perfil destes ataques demonstra a existência de uma rede de apoio aos piratas muito bem montada, a qual fornece modernos meios de transporte, comunicação e armamento sofisticado.

Ao longo de 2008, o tipo e o alvo dos ataques passaram preocupar a Comunidade Internacional. Em Novembro, o super petroleiro saudita, o Sirius Star, o qual carregava 2 milhões de barris de petróleo da Arábia Saudita para os EUA, foi capturado, tendo ficado sob domínio dos piratas durante dois meses. Novos alertas surgiram com a apreensão pelos piratas do navio ucraniano MV Faina, o qual transportava 33 tanques de guerra russos e outro material bélico com destino ao Sudão.

O objectivo final destes raptos é a obtenção de resgates por parte dos piratas. Calcula-se que, só em 2008, os piratas tenham obtido, com esta prática, cerca de 30 MUSD. Se, no início, era pedido um resgate de 2 MUSD por navio, a apreensão de navios de maior porte e importância, fez aumentar os valores pedidos.

A ousadia dos piratas fez com que, em Dezembro de 2008, tentassem capturar o cruzeiro norte-americano Nautica. Este cruzeiro, que tinha partido do Egipto em direcção a Omã, conseguiu escapar no último momento aos piratas.

Esta operação contra um navio de turistas não foi o primeiro caso. Em 2005 foi feita uma tentativa de sequestro do Seabourn Spirit, quando este navegava a 160 kms da costa somali.

O que está a preocupar o mundo é a ligação que existe entre os piratas e grupos islâmicos radicais. As operações de pirataria nesta zona de África tinham diminuído quando o movimento União dos Tribunais Islâmicos (UTI) tomou, em 2006, o poder no sul da Somália. Nessa altura a UTI travou os ataques dos piratas. Porém, após a derrota da UTI os ataques intensificaram-se.

Na actualidade, radicais, conhecidos por Shabab, controlam vários grupos de piratas, fornecendo-lhes armas, fundos e bases de apoio na retaguarda em troca de parte dos resgates obtidos.

O aumento de recrutas para estes grupos de piratas tem sido fácil de obter face à realidade na Somália. Desde há vários anos que a Somália

deixou de existir como estado soberano, estando o seu território controlado por vários grupos que se dedicam a todo o tipo de actividades ilegais. Perante este cenário, o território somali é utilizado como base de apoio para grupos armados. Assim sendo, o recrutamento de jovens para as actividades de pirataria é fácil de obter devido à falta de opções. Por outro lado, o estilo de vida praticado por aqueles que já pertencem aos grupos de piratas, atrai cada vez mais os jovens para esta actividade.

Os grupos de piratas são constituídos por três tipos de elementos:

- Antigos pescadores que dominam o mar e as artes de navegação;
- Antigos membros das milícias dos Senhores das Guerra somalis;
- Peritos em informática e comunicações.

Face a esta situação, a Comunidade Internacional começou a tomar medidas concretas para enfrentar esta realidade, tanto mais que, anualmente, passa por esta zona um terço do petróleo mundial. Em Novembro, a União Europeia (UE) aprovou a criação de uma operação naval, denominada Atalanta, para travar a insegurança na região. A força, construída por diversos navios oriundos da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Holanda, Reino Unido e Suécia, é apoiada por navios de aprovisionamento e por aviões de patrulha marítima. O quartel-general da Operação Atalanta ficou instalado em Northwood, a norte de Londres, numa base naval que serve a Marinha britânica e a NATO. A parte logística da missão foi estabelecida no Djibuti.

Em Dezembro, foi a vez da ONU, através do seu Conselho de Segurança, oferecer apoio à operação naval da UE contra a pirataria no litoral da Somália. A ONU autorizou, por um período de um ano, a entrada da força em águas territoriais da Somália para combater a pirataria.

Apesar dos navios de guerra já estacionados na região, os ataques têm-se mantido. Tal situação fica a dever-se à imensidão da área a cobrir, cerca de 2.5 milhões de milhas. Outras dificuldade deriva do modus operandi dos piratas, os quais muitas vezes escondem as suas lanchas em navios mãe, mantendo-se escondidos até ao momento de lançarem o ataque. Perante esta situação, a força internacional só os poderá deter se os apanhar em flagrante delito.

Para além de afectarem as rotas comerciais, os ataques estão igualmente a atingir os navios que transportam ajuda humanitária para muitos países da região. Perante isto, a força naval da EU passou a escoltar os navios do Programa Alimentar Mundial (PAM), que levam ajuda à Somália, ao mesmo tempo que patrulham as costas deste país e o Golfo de Adém para evitar que os piratas ataquem os navios mercantes que



ali circulam.

A gravidade da situação levou a que mais países se associassem aos esforços internacionais de protecção às rotas de navegação ao largo da Somália. Nesse sentido, países que normalmente não disponibilizam recursos para estas missões, como é o caso da China e do Japão, decidiram participar.

A China decidiu enviar, em finais de Dezembro, um esquadrão de três navios para as costas da Somália. Esta missão assume contornos de especial importância por ser a primeira vez que uma força naval chinesa se afasta tanto da sua costa numa missão militar. Também o Japão decidiu enviar navios de guerra para a costa da Somália. A natureza da missão japonesa é diferente, uma vez que a Constituição nipónica só autoriza acções militares que visem a protecção de navios japoneses ou que transportem cidadãos nipónicos.



Cisão no Congresso Nacional Africano

Os desentendimentos no seio do partido no poder na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC), culminaram com a saída de muitos militantes apoiantes do antigo Presidente Mbeki e a formação de um novo partido, o Congresso do Povo (COPE). Estes desentendimentos tiveram o seu momento alto na Conferência Nacional do ANC, realizada em Dezembro de 2007 em Polokwane, quando Jacob Zuma venceu a Presidência contra Thabo Mbeki.

Desentendimentos entre Thabo Mbeki, Presidente do Governo, e Jacob Zuma, Presidente do ANC, culminaram na demissão do primeiro da liderança do país.

Os apoiantes de Mbeki acabaram por criar, em Dezembro de 2008, um novo partido numa conferência inaugural realizada na cidade de Bloemfontein, capital do Free State.

Para liderar o partido foi escolhido o antigo Ministro da Defesa da África do Sul, Mosiuoa Lekota, o qual é visto como um dos grandes apoiantes de Thabo Mbeki. Para Vice-presidente do COPE foi eleito o antigo primeiro-ministro da província de Gauteng, Mbhazima Shilowa. Para além de muitos militantes do ANC, o COPE conseguiu atrair também algumas figuras históricas da África do Sul, como foi o caso de Allan Boesak, antigo militante anti-apartheid.

Os novos líderes acusaram o ANC de ter traído os princípios orientadores do movimento de libertação através da supressão da liberdade de pensamento e debate no seio da organização, da perseguição e destituição de todos os que não manifestassem lealdade ao presidente do partido, Jacob Zuma.

Segundo os seus dirigentes, as prioridades do novo partido são, por um lado, criar um verdadeiro partido não racial e apostar num crescimento da economia. O primeiro objectivo afigura-se um desafio complicado, uma vez que a África do Sul apesar de já terem passado 15 anos desde o fim do apartheid, continua a ser vista como uma sociedade dividida por raças. O principal partido da oposição, a Aliança Democrática, é visto, acima de tudo, como um partido de brancos e mestiços, o que lhe limita seriamente a sua margem de progressão eleitoral. Outras incitativas destinadas a criar partidos multirraciais, como foi o caso da United Democratic Movement (UDM) de Bantu Holomisa, antigo membro do ANC, e Roelf Meyer, destacado membro do Partido Nacional e um dos principais negociadores da transição na África do Sul, acabaram por não vingar.



Angola Assume Presidência da OPEP



Apesar destas dificuldades, Lekota não se cansou de referir que a nova formação será verdadeiramente multi-racial e multi-étnica, acolhendo militantes de todas as raças e credos. Com este objectivo em mente, Lekota utilizou várias línguas, inglês, afrikaans e sotho, durante a sua intervenção na Conferência inaugural do COPE.

A aposta no crescimento da economia também se afigura como um importante desafio, uma vez que a crise internacional também tem afectado a África Sul, com o aumento do desemprego, diminuição das cotações de diversos minerais e problemas sociais agravados pela vaga de imigrantes da região, nomeadamente do Zimbabwe.

O facto de se realizarem eleições gerais em 2009 na África do Sul, fará com que este ano o país vá viver um período de alguma tensão política. Estas eleições serão importantes quer para o ANC, que pretende manter a sua hegemonia política, quer para o COPE que terá o seu grande teste eleitoral. Para o COPE o grande objectivo é retirar a maioria ao ANC e, para tal, está disposto a estabelecer alianças com outros partidos, nomeadamente com a Aliança Democrática. A funcionar, a aliança entre estes dois partidos poderá pôr em causa a vitória do ANC em algumas regiões do país.

Angola assumiu, desde o dia 1 de Janeiro de 2009, a Presidência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Angola só aderiu a esta Organização em 2007, é actualmente o mais recente estado membro da OPEP. O facto de dois anos depois assumir a presidência, substituindo a Argélia, que assegurou a liderança em 2008, é um sinal evidente do prestígio diplomático de que Luanda hoje goza e da importância da sua produção petrolífera, com reservas petrolíferas estimadas em 12,5 mil milhões de barris¹⁰.

OPEP integra países que retêm algumas das maiores reservas de petróleo do mundo. Tem actualmente 13 membros: Arábia Saudita, Irão, Kuwait, Iraque, Catar, Emirados Árabes Unidos (do Médio Oriente), Angola, Argélia, Líbia e Nigéria (de África), Venezuela, Equador (da América Latina) e Indonésia (do Sueste Asiático). Gabão chegou a fazer parte, entre 1975 e 1994, mas abandonou a organização.

Segundo o Ministro Angolano dos Petróleos, José Botelho de Vasconcelos, que é agora por inerência o Presidente em exercício da OPEP, os objectivos do mandato angolano passam por estabilizar, tanto a nível da oferta como da procura, os preços do petróleo à escala mundial. De acordo com as autoridades angolanas, os preços do petróleo devem ser fixados ao longo deste ano em níveis aceitáveis tanto para quem produz como para quem consome. O preço ideal para a OPEP oscila entre os 70 e os 75 USD por barril.

Face à queda dos preços no mercado mundial de petróleo, a OPEP, com uma produção diária de 32 milhões de barris, decidiu que cada um dos seus membros deveria reduzir a sua produção em 13%, o que no total significa uma redução diária de 4.2 milhões de barris de petróleo.

Com este objectivo em mente, Angola foi, desde logo, um dos primeiros países produtores a reduzir a sua produção diária em 244 mil barris diários, o que significou uma redução em cerca de 13% da sua produção. A nova quota de produção angolana é de 1.517 milhões de barris diários de petróleo, 19% abaixo da produção média registada em Novembro de 2008¹¹.

¹⁰ Fonte: Ministério Angolano de Petróleos, 18/12/2008.
<http://www.angola-portal.ao/MINPET/NoticiaD.aspx?Codigo=5902>

¹¹ Angola quer Estabilizar Preços do Petróleo na Presidência da OPEP, in Angola Digital, 5/01/2009.
http://www.angoladigital.net/negocios/index.php?option=com_content&task=view&id=2029&Itemid=47



Redução da Pobreza em Cabo Verde

De acordo com um Inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a pobreza no arquipélago diminuiu 10% entre 2001 e 2007.

Em termos absolutos, numa população de meio milhão de pessoas, o número de pobres diminuiu de 163 mil para cerca de 130 mil.

A Cidade da Praia e a ilha de São Vicente, os dois maiores centros populacionais do país, são os lugares onde se registou uma redução mais substancial. No caso da capital, a população pobre caiu de 19% para 12%. Em São Vicente, a mesma medida caiu de 25 % para 17%. Sal (4%) e Boa Vista (8%) são as ilhas ou concelhos com menores índices de pobreza. As localidades com os maiores índices de pobreza encontram-se nas ilhas do Fogo e de Santo Antão.

Estes resultados demonstram o sucesso das políticas governamentais no combate à pobreza, colocando Cabo Verde num lugar de destaque no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estes dados também foram bem recebidos pela Comunidade Internacional, nomeadamente pelos principais doadores de Cabo Verde, o que faz prever a continuação do apoio internacional aos esforços do Governo da Praia.

Ao nível dos apoios internacionais, Cabo Verde conta com importantes fluxos financeiros destinados a apoiar o seu orçamento de estado. Neste capítulo, Portugal e Cabo Verde assinaram, em Dezembro de 2008, um Memorando de Entendimento para a Ajuda Orçamental. De acordo com este memorando, Portugal disponibilizará, para o período de 2008 a 2011, uma verba de 7 milhões de euros. Em 2009, o valor do apoio ao orçamento será de 1.5 milhões de euros.

Neste momento são sete os países e instituições que apoiam o Orçamento de Estado de Cabo Verde. Além de Portugal, apoiam directamente o Orçamento cabo-verdiano a Áustria, Espanha, Holanda, União Europeia, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.

Novo Governo na Guiné-Bissau

Na sequência da vitória nas eleições legislativas de 16 de Novembro, o líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Carlos Gomes Júnior (Cadogo) foi investido no cargo de Primeiro-Ministro pelo Presidente João Bernardo 'Nino' Vieira.

Esta é a segunda vez que Carlos Gomes Júnior é nomeado Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau. Da primeira vez foi na sequência das eleições legislativas de 2004, ganhas com maioria simples pelo PAIGC, mas cujo governo seria demitido 17 meses depois por Nino Vieira, sob a alegação de uma grave crise institucional. O relacionamento com Nino Vieira agravou-se durante a campanha para as eleições presidenciais de 2005, quando Carlos Gomes Júnior apoiou o candidato do PAIGC, Malan Bacai Sanha.

Carlos Gomes Júnior entrou na política pelas mãos do Presidente Nino Vieira, de quem era considerado um "delfim" até se incompatibilizar com ele durante a guerra civil de 1998/99 que levaria à deposição do Presidente por uma Junta Militar liderada pelo Brigadeiro Ansumane Mané. Nesta altura, Carlos Gomes Júnior, que até então era basicamente um homem de negócios, passou a ter um maior envolvimento político dentro do PAIGC.

Em 2006, na sequência de uma declaração pública feita por Carlos Gomes Júnior, homens armados, alegadamente a mando do Presidente Nino, tentaram prendê-lo. O acto só não aconteceu porque Carlos Gomes Júnior se refugiou na sede da ONU durante vários dias, saindo de lá após negociações que contaram com a intervenção da Comunidade Internacional.

Apesar de manter um relacionamento tenso com o Presidente da República, o novo Primeiro-Ministro apelou à necessidade de um largo entendimento entre todos os órgãos de soberania do país.

Apoiado numa confortável maioria, 67 deputados numa Assembleia Nacional de 100 deputados, Carlos Gomes Júnior lançou um apelo de emergência à Comunidade Internacional para ajudar o país a fazer face aos enormes problemas e desafios que a Guiné-Bissau tem pela frente. Entre os principais problemas, destacam-se o atraso no pagamento aos funcionários públicos devido às dificuldades do país em conseguir gerar receitas internas, a instabilidade política e militar e o problema do narcotráfico. Para enfrentar estes problemas, a Guiné-Bissau espera poder contar com o apoio da Comunidade Internacional, em especial, dos principais parceiros do país: Cabo Verde, Angola, Portugal, Brasil, França, União Africana, CPLP e os diversos organismos das Nações Unidas.



Apesar das eleições terem decorrido num ambiente de grande participação e tranquilidade, eventos posteriores deixaram no ar ameaças de novas instabilidades políticas e militares. No dia 23 de Novembro, pouco tempo depois de conhecidos os resultados das eleições legislativas, houve um ataque à casa do Presidente Nino Viera, acontecimento cujos responsáveis morais não foram ainda conhecidos. No dia 4 de Janeiro houve uma alegada tentativa de assassinato do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Tagmé Na Waié, num acontecimento de contornos pouco claros.

O novo governo guineense caracteriza-se por ser constituído maioritariamente por figuras de destaque do PAIGC ou conhecidas pela sua ligação ao Líder Carlos Gomes Júnior. Os 21 novos Ministros e 11 Secretários de Estado são quase todos considerados gente da máquina do PAIGC, que se envolveram profundamente na última campanha eleitoral.

Assim, entregou o cargo de Ministro da Presidência do Conselho de Ministros ao seu Vice-Presidente no PAIGC, o antigo primeiro-ministro, Manuel Saturnino Costa. Para a pasta dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades foi nomeada a terceira vice-presidente do partido, Adiato Djaló Nandigna, o seu amigo e principal colaborador, o jornalista António Óscar Barbosa, ficou com o Ministério da Energia e dos Recursos Naturais.

Com Raimundo Pereira, segundo Vice-Presidente do PAIGC, na liderança da Assembleia Nacional, Saturnino Costa, Adiato Nandigna e Óscar Barbosa constituem os pesos-pesados do novo governo.

Outras figuras ligadas às bases do PAIGC também foram chamadas para o Governo: Fátima Faty (Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e Luta Contra Pobreza), Faty é pouco conhecida no cenário político guineense, oficialmente esta é a sua primeira função de Estado, mas é conhecida como líder junto das mulheres da importante comunidade muçulmana do país, umas das principais bases de apoio do PAIGC.

Outra novidade foi a nomeação de Evarista de Sousa para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Engenheira zootécnica, formada na antiga URSS, Evarista de Sousa é a Presidente do núcleo dos quadros do PAIGC e secretária do partido na região de Bissau.

No entanto, a chamada de Baciro Dabó, antigo chefe dos serviços secretos guineenses e muito próximo do Presidente Nino Vieira, para a Administração Territorial foi uma surpresa, uma vez que era dado como certo na pasta da Administração Interna.

Sem surpresa foi a nomeação de dois economistas para o Governo: Helena Embalo para a pasta da Economia, Plano e Integração Regional e José Mário Vaz para as Finanças. As duas figuras não são militantes do PAIGC, mas pertencem aos círculos das amizades do Primeiro-Ministro. Helena Embalo já foi Ministra das Pescas no Governo de Carlos Gomes Júnior em 2004 e Mário Vaz foi Presidente da Câmara Municipal de Bissau.

Com muita expectativa eram esperados os nomes para os Ministérios da Justiça e da Administração Interna. Estes dois Ministérios são fundamentais no debelar do Narcotráfico, e são os principais beneficiários da ajuda internacional no combate a este problema. Para a Justiça, Carlos Gomes Júnior escolheu Mamadu Djaló Pires para substituir a antiga ministra Carmelita Pires, que apesar do bom trabalho desempenhado já havia manifestado a intenção de abandonar o cargo. Djaló Pires já esteve no Ministério da Justiça, chefiou o Supremo Tribunal da Justiça e, até agora, dava aulas na Faculdade de Direito de Bissau.

Para liderar o Ministério da Administração interna, foi nomeado Lúcio Soares, um veterano da guerra da independência do país, tido como um operacional, embora discreto na sociedade guineense.

Para o Ministério da Defesa foi nomeado Artur Silva, o que não deixou de ser igualmente uma surpresa. Apesar de já ter sido Ministro das Pescas, ultimamente esteve ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde exercia o cargo de Secretário de Estado da Cooperação Internacional. A sua grande experiência nos dossiers internacionais, aliada à boa imagem que usufruía junto da Comunidade Internacional, apontava para que Artur Silva viesse a ocupar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades. Porém, ao ser indigitado para a Defesa, demonstra a necessidade de Carlos Gomes Júnior ter um político experiente numa pasta muito sensível.

Novidade é também a entrega do Ministério da Juventude e Desporto ao jovem Baciro Djá, de 35 anos, que ficou célebre por se ter candidatado à liderança do PAIGC, no último congresso, em Junho de 2008.

Entre os que ficaram de fora, destaque para figuras como Marciano Barbeiro (Ministro da Defesa no Governo cessante), Issuf Sanha (Ministro das Finanças), ambos próximos de Nino Vieira.

A novidade da orgânica do Governo, foi a criação da Secretaria da Administração Hospitalar, entregue ao médico Augusto Paulo da Silva, para promover projectos na área da saúde, nomeadamente a modernização do Hospital Simão Medes em Bissau.

O Exemplo do Gana

Com 50,3% dos votos o líder da oposição e candidato do Congresso Democrático Nacional, John Evans Atta Mills, venceu as eleições presidenciais do Gana. Mills derrotou na segunda volta realizada em Dezembro 2008, o seu rival e candidato do partido no poder, Novo Partido Patriótico, Nana Akufo-Addo. O Presidente eleito é doutorado em Direito e antigo Vice-Presidente do país entre 1997 e 2000, sucedeu a John Kufuor, que após ter exercido dois mandatos não pôde, por limitações legais, recandidatar-se a um terceiro mandato.

Mills conseguiu ser eleito para a Chefia de Estado depois de não o ter conseguido nas eleições presidenciais de 2000 e 2004. Considerado um exemplo de democracia no continente africano, Gana teve um processo eleitoral mais confuso do que o esperado. A vitória de Mills só foi confirmada um dia após a repetição da votação num distrito no oeste do país, que não pôde votar na segunda volta.

Apesar de algumas irregularidades detectadas e de queixas apresentadas pelo candidato derrotado, o modo como o processo foi resolvido pelas autoridades ganesas foi saudado pela Comunidade Internacional e representou uma clara demonstração da força da democracia ganesa. Nesse sentido, Nana Akufo-Addo, felicitou Atta-Mills pela sua vitória na segunda volta das eleições presidenciais no Gana, acabando por reconhecer os resultados e afastando o cenário de instabilidade política no país.

Estas eleições representaram a terceira alternância política na democracia ganesa. Esta situação demonstra o fortalecimento da democracia no país e um exemplo para outros países africanos. Depois de ter sido um exemplo para o continente africano ao alcançar a independência em 1957, o Gana volta a ser um caso a seguir por outros países.

Um dos principais desafios do novo Presidente de Gana será a administração das recém-descobertas jazidas de petróleo no litoral do país. Muitos temem que a riqueza do petróleo intensifique a luta pelo poder e possa vir desestabilizar o cenário político do país.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05